

GABINETE DE INOVAÇÃO

INTERCÂMBIO
DE PRÁTICAS
NO LEGISLATIVO

Edição 2021

UM OLHAR LOCAL PARA O CLIMA

ÍNDICE

Introdução

pg 4

Tema 1

O Papel do Legislativo Municipal
no Combate às Mudanças Climáticas

pg 10

Tema 2

Recuperação Econômica com
Justiça Social e Ambiental

pg 17

Tema 3

A Experiência das Frentes
Parlamentares Ambientalistas

pg 26

Tema 4

Racismo, Gênero e Clima

pg 36

Tema 5

Mobilização e Comunicação

pg 43

Tema 6

Lançamento do Banco de
Boas Práticas RAPS

pg 53

Opinião

Redução das Mudanças Climáticas
a partir dos Municípios

pg 61



INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

A articulação entre os mandatos municipais e a sociedade civil é fundamental para a construção de cidades mais justas, humanas e sustentáveis. Cidades onde possamos respirar melhor, andar tranquilamente pelas calçadas e nos sentir pertencentes ao espaço público.

Como era de se esperar, os efeitos das mudanças do clima figuram no repertório dos grandes desafios da municipalidade. Da diminuição na qualidade de vida das pessoas aos desastres ambientais, é nas cidades que os impactos mais imediatos do desmatamento, da contaminação dos rios e das emissões de resíduos do setor de transportes e energia se tornam ainda mais evidentes. Mas estão também nas cidades as oportunidades de inovações na construção de políticas públicas que enfrentam essas questões – o que exige o comprometimento e participação dos parlamentares na realidade dos municípios.

Mas como as legisladoras e os legisladores locais podem contribuir para o combate à emergência climática? Como as Câmaras Municipais podem ter papel ativo na construção de espaços de escuta, diálogo, comunicação e participação ativa da sociedade civil em torno do tema? Como podem se articular e trabalhar em conjunto com o Executivo? Como podemos juntas e juntos traçar e trilhar saídas para a recuperação econômica nas cidades – uma retomada com justiça social e ambiental, que não deixe ninguém de fora e construa das pontas ao centro?

Não podemos esquecer que, ao longo dos anos, as mudanças climáticas contribuíram para o aumento da desigualdade no mundo, nos países, nos estados, nas cidades, nos territórios e na vida das pessoas. Ao passarmos a lupa pelas esferas locais, percebemos que os territórios mais vulnerabilizados são formados por pessoas negras, periféricas – majoritariamente mulheres negras, segundo o relatório “A Dimensão de Gênero no *Big Push* para a Sustentabilidade no Brasil: as mulheres no contexto da transformação social e ecológica da economia brasileira”.

Foi a partir dessa linha de pensamento e análise que construímos esta edição do Gabinete de Inovação: um ciclo de encontros e articulação entre mandatos e sociedade civil para trocas sobre práticas inovadoras no Legislativo. Esse ano, devido à pandemia de Covid-19, os encontros foram realizados virtualmente com chefias de gabinetes e coordenações de primeiros mandatos de vereadoras e vereadores, eleitos em 2020, comprometidos com a agenda climática e socioambiental.

UM OLHAR LOCAL PARA O CLIMA

As e os participantes trocaram informações sobre o tema com especialistas e parlamentares e compartilharam experiências, além de relatarem os desafios enfrentados. Também conheceram exemplos apresentados por outros legisladores, como as Frentes Parlamentares Ambientistas, reconhecidas como espaços inovadores de articulação política em torno das agendas climática e socioambiental no Congresso Nacional. Recentemente, essas Frentes começaram a ser estruturadas também nos municípios, junto às Câmaras de Vereadores, tema central de um dos encontros desta edição do Gabinete de Inovação.

Os encontros, promovidos no mês de abril de 2021, foram divididos em duas partes. Na primeira, transmitidos pelas redes sociais das organizações realizadoras do projeto, os painéis foram abertos a qualquer interessada/o em acompanhar a discussão. Nesta publicação, você encontra um registro destas trocas.

Já a segunda parte, realizada em sala virtual privada, foi exclusiva às coordenações, chefias de gabinetes, assessorias ou às/aos próprias/os vereadoras/es de primeiro mandato inscritas/os e selecionadas/os. Essa etapa se constituiu em uma oportunidade de aprofundar o tema apresentado no painel, com dinâmicas para que compartilhassem e construíssem juntas e juntos novos conhecimentos. Se você participa de um mandato e quer ter acesso à memória desses encontros privados, escreva para: gabinetedeinovacao@gmail.com.

Bons mandatos são abertos, conectados a boas práticas de políticas que dialoguem com a sociedade e que tenham o debate da justiça ambiental e o combate ao racismo ambiental em sua centralidade. Eles devem trabalhar em articulação com a sociedade civil, com metas de cidades mais abertas, com transparência e espaços de participação fundamentais para a democracia do país. Com esse projeto, nosso objetivo é colaborar com essa construção.

O Gabinete de Inovação é uma iniciativa do Instituto Update e Pacto pela Democracia. Esta edição contou com o apoio da Base.Lab, Clima de Eleição, Instituto Clima e Sociedade, Legisla Brasil, Purpose e Rede de Ação Política pela Sustentabilidade (RAPS).

Boa leitura!

CONHEÇA A PROGRAMAÇÃO:

O Papel do Legislativo Municipal no Combate às Mudanças Climáticas

Com **Marcio Astrini** (Observatório do Clima)
e **Gilberto Natalini** (ex-vereador e ex-secretário
de Meio Ambiente da cidade de São Paulo).



Recuperação Econômica com Justiça Social e Ambiental

Com **Ricardo Abramovay** (FEA/USP)
e **Duda Salabert** (vereadora em Belo Horizonte).



UM OLHAR LOCAL PARA O CLIMA

A Experiência das Frentes Parlamentares Ambientalistas

Com **Mario Mantovani** (Frente Parlamentar Ambientalista, Fundação SOS Mata Atlântica e ANAMMA); **Marquito** (vereador em Florianópolis e coordenador da Frente Parlamentar Ambientalista dos Vereadores) e **Maria Marighella** (vereadora em Salvador e participante da Frente Parlamentar Ambientalista dos Vereadores).



Racismo, Gênero e Clima

Com **Isabel Garcia-Drigo** (Imaflora e GT Gênero e Clima do Observatório do Clima) e **Zezé Pacheco** (do Conselho Pastoral dos Pescadores e da Coletiva MAHIN Mulheres Negras).



UM OLHAR LOCAL PARA O CLIMA

Mobilização e Comunicação

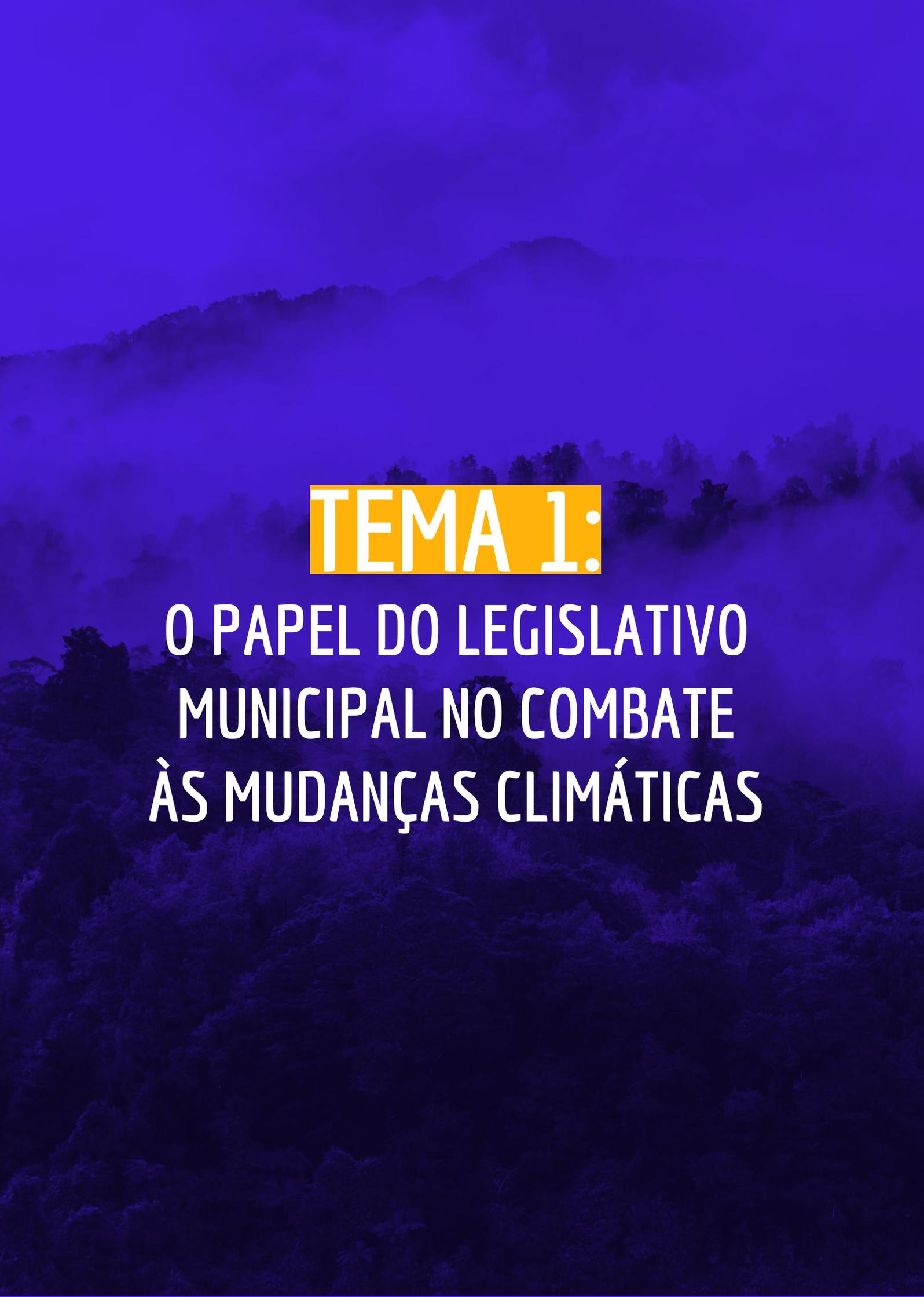
Com **Ligia Oliveira** e **Nathalia Rocha** (Purpose) e **Pedro Borges** (Agência Alma Preta de Jornalismo).



Lançamento do Banco de Boas Práticas RAPS

Com **Nancy Thame** (ex-vereadora de Piracicaba/SP); **Caio Cunha** (Prefeito de Mogi das Cruzes/SP) e **Nicole Giroto** (analista de projetos na Rede de Ação Política pela Sustentabilidade – RAPS).





TEMA 1:

O PAPEL DO LEGISLATIVO
MUNICIPAL NO COMBATE
ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

PAPEL DO LEGISLATIVO MUNICIPAL NO COMBATE ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Como as legisladoras e os legisladores municipais podem contribuir para o combate às mudanças climáticas nas cidades? Como espaço de escuta, diálogo e construção com a sociedade e com o Executivo, as Câmaras Municipais podem ter papel ativo nesse tema? E em que medida isso é possível?

Para debater o tema, o Gabinete de Inovação reuniu **Gilberto Natalini**, vereador na cidade de São Paulo por 20 anos e ex-secretário de Meio Ambiente do município, e **Márcio Astrini**, diretor executivo do [Observatório do Clima](#).

O que foi apresentado?

A emergência climática

O quadro da emergência climática no mundo, por Márcio Astrini:

- Grande incremento de emissões de carbono nos últimos 70 anos, em ritmo muito rápido. Grande concentração de carbono na atmosfera altera nossas relações com o planeta e do próprio planeta com ele mesmo.
- O planeta já está cerca de 1,1 grau acima do período industrial. As alterações que poderão advir com aquecimento acima de 2 graus são pouco previsíveis, com risco de extinção de espécies e de parcela da população humana na Terra.
- A solução para o quadro é difícil, porque requer um comprometimento global em assumir compromissos de redução de emissões. Esse consenso ainda está longe de acontecer no ritmo necessário.
- Se todos os países cumprissem à risca os compromissos assumidos com o Acordo de Paris, em 2015, os resultados ainda não seriam suficientes.

Municípios e cidadãos, o que têm com isso?

Astrini destaca que, quando se fala em mudança do clima nos territórios, devemos pensar não só em furacões, secas e deslizamentos de terra, mas também no **aprofundamento de desigualdades que já existem**.

As parcelas da população que hoje mais sofrem com a crise sanitária são também as que mais sentirão os efeitos da emergência climática. Debater mudança climática é também projetar um aumento do abismo social que já existe e bus-

PAPEL DO LEGISLATIVO MUNICIPAL NO COMBATE ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

car soluções para este quadro.

“Muitos de nós temos em mente a imagem do retirante nordestino, que foge de uma situação de seca e busca melhores condições de vida. Ele é um refugiado climático. Vai chover mais onde já chove e teremos ainda mais risco para as pessoas que já sofrem com isso”.

As migrações ocasionadas pela emergência climática tendem a sobrecarregar serviços de saúde, moradia, educação e transporte nos centros de destino.

Cidades muito grandes e urbanizadas, como São Paulo e Rio de Janeiro, precisam ter planos de mitigação para enfrentar a emergência climática. Mas os municípios que mais emitem gases de efeito estufa estão localizados em áreas de desmatamento, o que segue sendo um grande problema para o Brasil.

Astrini destaca que existem **dados para subsidiar municípios e mandatos** quanto às questões a serem enfrentadas nos territórios. Por exemplo, as projeções já destacam que, no Sudeste, haverá aumento de precipitações e de doenças ligadas a esse quadro, como leptospirose, leishmaniose e, conseqüentemente, de demanda por serviços de saúde. Já no Norte do país, há tendência de maiores médias acima de 30 graus e risco de mortalidade para idosos e crianças.

Outro ponto levantado por ele é que no Brasil há também risco de desabastecimento de energia por causa de alterações de regime de chuvas.

PAPEL DO LEGISLATIVO MUNICIPAL NO COMBATE ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

“São impactos muito grandes que vão chegar aos cidadãos. Existem muitas soluções que podem ser implementadas nas cidades, não só para a questão climática, mas para o bolso. O Legislativo precisa olhar para a questão de clima de modo integrado com o Executivo. Legislatura é lugar para que a população venha para o debate e os legisladores façam leis e pressionem o Executivo”.

● Cidades que têm compromisso de se tornarem mais sustentáveis são elegíveis para buscar crédito a baixo custo e, às vezes, a fundo perdido ou a juro zero, com bancos internacionais e outros fundos de financiamento. Isso coloca as cidades em patamar privilegiado para disputa de recursos.

A experiência de um parlamentar no município de São Paulo

São Paulo esteve na vanguarda das ações e projetos municipais voltados ao combate à emergência climática, sendo pioneira na elaboração de uma [Política Municipal de Mudança Climática](#). A articulação do projeto do Executivo na Câmara ficou a cargo de Gilberto Natalini, relator executivo do projeto de lei e proponente e executor de legislações e eventos no tema.

Com a bagagem de 20 anos no Legislativo municipal de São Paulo, maior cidade da América Latina, Gilberto Natalini define o espírito da atuação de vereador:

“Alguém que está no dia a dia com o povo da cidade e enfrenta os problemas tendo voz e representatividade, mas com limitação de poder, estrutura e orçamento”.

Em seus mandatos, Natalini atuou com as pautas ambientais e de saúde pública. Seu gabinete promoveu dezenas de Conferências de Produção +Limpa e de Mudanças Climáticas, buscando mobilizar a sociedade e contribuir para que ela se organizasse em torno do tema e de seus efeitos no dia a dia.

PAPEL DO LEGISLATIVO MUNICIPAL NO COMBATE ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Dentre os projetos propostos e aprovados está o de reuso da água para lavagem de ruas. Ele criou a Comissão de Estudos do Aquecimento Global e das Mudanças Climáticas no município e a Comissão de Meio Ambiente da Câmara Municipal.

Ponto importante destacado por Natalini é a **atuação conjunta com o Executivo nas pautas**. Ele cita a gestão de Eduardo Jorge à frente da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente de São Paulo, quando a **convergência possibilitou amplitude no trabalho legislativo**. Natalini foi o **relator do projeto de lei do Executivo que estabeleceu a Política Municipal de Mudança do Clima de São Paulo**, legislação pioneira que depois se desenvolveu em outros municípios do país.

O parlamentar cita a importância da vontade política e dessa articulação entre os dois poderes para a consecução de ações e manutenção de políticas públicas, destacando medidas que acompanhou e que foram descontinuadas em São Paulo, como a inspeção veicular e a fiscalização e desmantelamento de ocupações irregulares no entorno das represas Billings e Guarapiranga.

Em seu último mandato, Natalini denunciou documentadamente a devastação das matas no entorno das represas por loteamentos irregulares no extremo sul da cidade. Naquela região estão localizadas duas Áreas de Proteção Ambiental, que representam 1/6 da área da cidade de São Paulo e abrigam grande remanescente de Mata Atlântica com ocorrência de grandes mamíferos e produção agrícola.

“Encaminhei ao Ministério Público a denúncia. Fiz trabalho de fiscalização, como vereador deve fazer”.

Como os Planos Diretores podem ajudar a barrar a especulação imobiliária?

Para Natalini, o Plano Diretor “é a vida da cidade pelos próximos 10 anos”. Em São Paulo, ele destaca o apetite e a pressão do setor imobiliário por mais áreas.

“Não sou contra a verticalização, mas é preciso se atentar à impermeabilização da cidade, à questão da adaptação à mudança climática”.

PAPEL DO LEGISLATIVO MUNICIPAL NO COMBATE ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Ele destaca os parques lineares como proposta inteligente de adaptação às mudanças climáticas nas cidades ao se converterem em boas áreas de amortecimento para enchentes.

Astrini complementa:

“Além de evitar enchentes e trazer benefícios, esses parques são locais de convivência, espaços para implantação de ciclovias e outros equipamentos de socialização. São projetos em que se aliam o ganho ambiental e o ganho para a comunidade. Esse tipo de projeto a gente precisa implementar nas cidades: soluções lincadas à questão ambiental que trazem vários ganhos”.

Para o secretário executivo do Observatório do Clima, é preciso ter em vista que a agenda de clima cresce no mundo, é ponto importante na gestão do novo presidente dos Estados Unidos e parte do pacote pós-pandemia da Europa: e quem abraçar esta pauta tende a sair na frente. Trata-se de uma agenda de futuro, que veio para ficar, juntamente com a de direitos humanos.

Reconhecendo o grande retrocesso promovido pelo atual governo federal, Natalini destaca a importância da atuação dos Legislativos e governos locais nessas agendas:

“Somos um número grande de pessoas nas Câmaras, nas ruas, nos Executivos. Se atentem aos exemplos. Muita gente no Brasil tem produção parlamentar. Levem essas pautas para dentro da Câmara, para a cidade de vocês”.



[Assista ao painel no Youtube.](#)



Referências destacadas pelos participantes:

Sistema de Estimativas de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa (SSEG) = iniciativa do Observatório do Clima que compreende a produção de estimativas anuais das emissões de gases de efeito estufa no Brasil, e que aponta as emissões de todos os municípios brasileiros, cobrindo o período de 2000 a 2018.

Relatório Brasil 2040 = grande levantamento sobre impactos do clima no país. Demonstra cenários com calor extremo, falta de água e energia, queda na produção agropecuária, doenças e prejuízos por resacas.

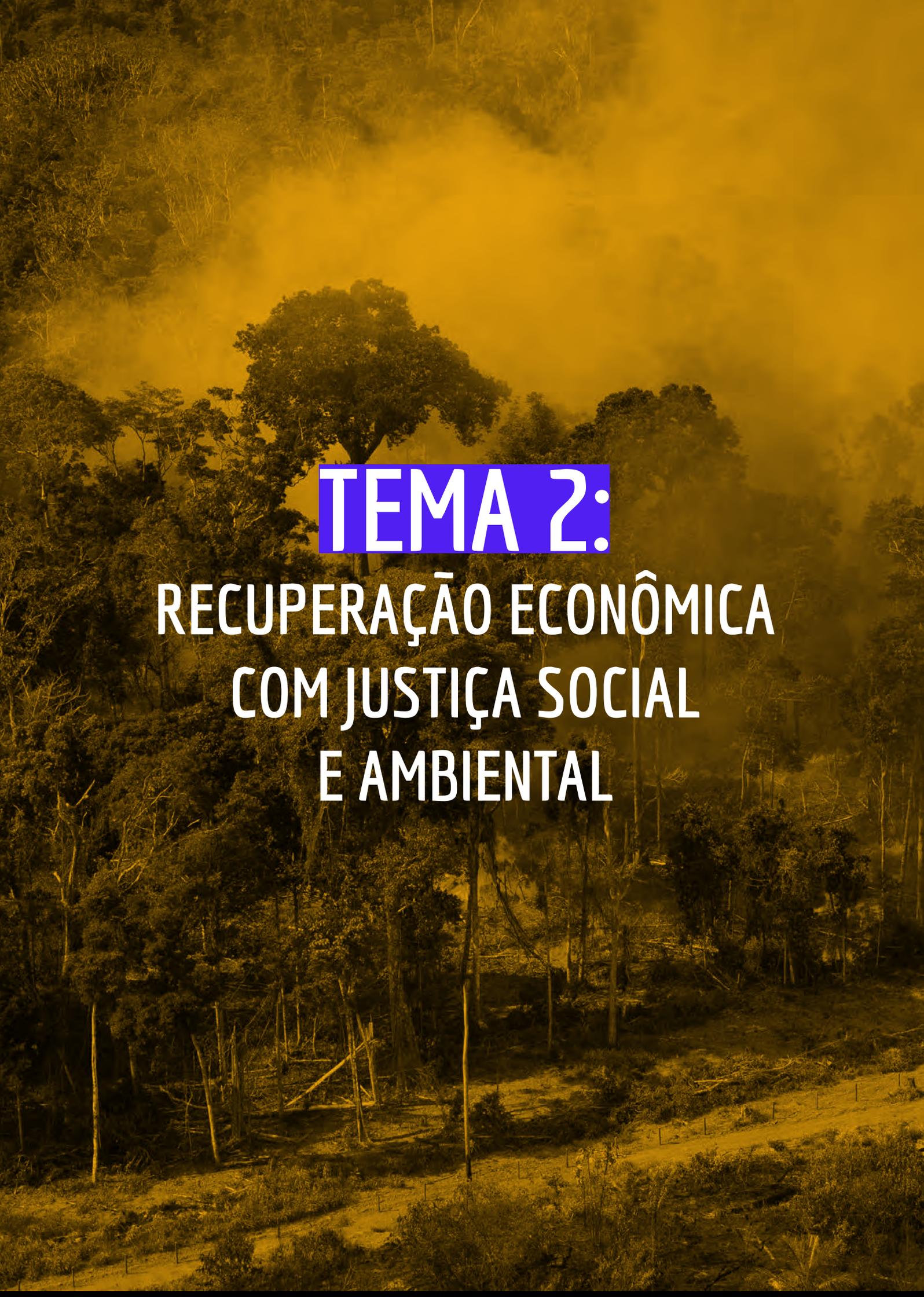
E agora, José? = documento do Greenpeace que compila os resultados dos principais estudos sobre impactos das mudanças climáticas no Brasil publicados entre 2008 e janeiro de 2016 e traz também informações sobre medidas de adaptação e enfrentamento a essas consequências.

Solarização de escolas em Uberlândia/MG = projeto desenvolvido pelo Greenpeace que trouxe economia na conta de luz e aplicação dos recursos em atividades para os alunos.

Página de Gilberto Natalini na Câmara Municipal de São Paulo = reúne as atividades parlamentares, legislações aprovadas e em tramitação.

Página pessoal de Gilberto Natalini pós atuação no Legislativo = reúne projetos e atividades de Natalini.

Mudança Climática – do local ao global = livro organizado por Gilberto Natalini e Tatiana Tucunduva que aborda questões amplas sobre o tema e a necessidade de ações locais, usando o município de São Paulo como objeto de estudo.



TEMA 2:

RECUPERAÇÃO ECONÔMICA
COM JUSTIÇA SOCIAL
E AMBIENTAL

Como as legisladoras e os legisladores municipais podem contribuir para promover a recuperação econômica com justiça social e ambiental? Como espaço de escuta, diálogo e construção com a sociedade e com o Executivo, as Câmaras Municipais podem ter papel ativo nesse tema? E em que medida isso é possível?

Para debater o tema, o Gabinete de Inovação reuniu [Ricardo Abramovay](#) (FEA/USP), autor de livros como “Amazônia – por uma economia do conhecimento da natureza”, “Paradigmas do capitalismo agrário em questão”, “Muito além da economia verde” e “Lixo zero”; e [Duda Salabert](#), vereadora mais votada em Belo Horizonte (MG) nas eleições de 2020. Ambientalista e vegana, se tornou a primeira mulher trans a concorrer ao cargo de senadora da República, em 2018.

O que foi apresentado?

Quebra de paradigma

Ricardo Abramovay destaca indícios que demonstram uma **mudança de paradigma** globalmente em curso a partir do **Programa de Governo Biden**, nos EUA, que se orienta por uma dupla direção: luta contra a crise climática e luta contra as desigualdades:

- Investimento em infraestrutura pelo governo estadunidense, da ordem de US\$ 3 trilhões – quase o PIB brasileiro –, cujo objetivo é enfrentar a emergência climática.
- Luta contra desigualdades, com programa de transferência de renda que tende a se tornar perene.
- Esforço e empenho em uma economia do cuidado, com atenção especial para famílias onde há idosos, pessoas com deficiência (física ou mental) e para os cuidadores dessas pessoas.

Municípios e cidadãos, o que têm com isso?

Abramovay destaca que são necessários planos estratégicos que redesenhem as cidades para acabar com o *apartheid* urbano que caracteriza o atual momento.

“A sinalização de que as administrações municipais têm que ter por eixo a luta contra a crise climática é também uma sinalização de luta contra as desigualdades, e de valorização de bens coletivos”.

Cinco pontos são iluminados por ele como muito importantes na direção de juntar a luta contra a emergência climática e a luta contra as desigualdades.

A **revalorização dos centros urbanos** é o primeiro ponto destacado. As regiões centrais de grandes cidades, que possuem infraestrutura muito boa, muitas vezes se encontram abandonadas. Ao mesmo tempo, as cidades têm regiões periféricas bastante espalhadas, o que traz problemas para a população e para as cidades em mobilidade e acesso a serviços.

“Um desenho de cidade cujos centros concentram as oportunidades econômicas e a população de maior renda por um lado, e, por outro, regiões periféricas que, no limite, deveriam ser chamadas de pré-cidades, porque não dispõem das infraestruturas básicas necessárias ao exercício da cidadania, se consolidou no Brasil a partir dos anos 1940. Precisamos de um redesenho”.

Como segundo ponto, Abramovay destaca a necessidade de revalorizar as regiões periféricas, apontando como falsa a ideia de que a pandemia generalizou o trabalho feito a partir de casa porque o acesso à internet e rede de boa qualidade não é igual para todos. Ao contrário: a grande maioria das pessoas não tem condições de trabalhar em home office, seja por trabalhar com serviços de entrega ou porque as regiões onde vivem não têm internet de boa qualidade.

RECUPERAÇÃO ECONÔMICA COM JUSTIÇA SOCIAL E AMBIENTAL

O terceiro ponto destacado por ele diz respeito à **requalificação das construções efetivadas a partir do planejamento público.**

“Não podemos replicar, por exemplo, o que aconteceu com o programa Minha Casa, Minha Vida, que instalou habitações – uma necessidade no Brasil, sem dúvida, precisamos de mais – em locais mais baratos e, portanto, menos providos de infraestrutura, que obrigam as pessoas a fazerem deslocamentos de quilômetros”.

Essa lógica mostra uma cidade desenhada em função dos carros e não das pessoas, o que exacerba o caráter individual dos bens oferecidos pela cidade e acaba por degradar os bens públicos e coletivos, que são os que valorizam a vida urbana.

Como quarto ponto, Abramovay sugere **desestimular o uso do carro individual:** questão complexa no Brasil, onde o automóvel é uma espécie de símbolo de ascensão social. Durante a pandemia o carro se tornou um bem ainda mais desejado, porque passou a ser visto como um fator de segurança.

No entanto, ele lembra que em todo mundo, sobretudo na Europa, o uso do carro individual vem diminuindo. Cita Londres (Inglaterra), onde há pedágio urbano, e também Paris (França), onde há subsídio aos cidadãos que aposentarem seus carros velhos e poluentes, e passarem a utilizar a bicicleta elétrica.

Ele também aborda a necessidade de valorizar o transporte coletivo no planejamento da cidade.

“Precisamos aumentar as faixas exclusivas de ônibus para que eles cheguem mais rápido do que os carros. É necessário integrar os transportes coletivos para que as pessoas não tenham que pagar várias vezes quando é preciso mudar de transporte coletivo. São coisas que não são simples tecnicamente, mas que são urgentes”.

Como quinto e último ponto, Abramovay diz que é necessária uma **autoridade metropolitana** para cuidar de trânsito, de construções e tantas outras coisas, além de garantir a padronização e integração necessárias à consecução de ações e políticas públicas.

● Em suma, cidades sustentáveis são cidades compactas, que têm centros, no plural, e com isso permitem às pessoas terem as suas vidas nos locais onde moram. **Cidades biofílicas**, amantes na natureza, que ensinem aos seus habitantes o valor da natureza que existe ao redor. Crianças precisam aprender desde cedo a valorizar esse patrimônio natural que pode existir nas cidades, que também **é fator importante na luta contra as mudanças climáticas**.

A experiência de uma parlamentar no município de Belo Horizonte

Eleita a vereadora com o maior número de votos da história das eleições municipais em Belo Horizonte, no estado de Minas Gerais, Duda Salabert defende o diálogo com o Executivo para um planejamento mais verde e integrado na cidade, ações de educação ambiental e fortalecimento dos movimentos sociais com o suporte do gabinete.

Duda Salabert tem um primeiro desafio pela frente, proposto ainda durante sua campanha, feita sem uso de papel e impressão de santinhos ou panfletos que inundam as cidades nas eleições: plantar 40 mil árvores, número de votos conquistados por ela.

RECUPERAÇÃO ECONÔMICA COM JUSTIÇA SOCIAL E AMBIENTAL

“A cabeça pensa onde o pé pisa. Vamos então entender onde estamos pisando. Nesse momento, de crise aguda do capitalismo, se potencializa duas outras crises que já estavam em curso no mundo e também, obviamente, no Brasil: a crise ambiental e a crise climática. Hoje nós estamos no pior cenário climático, ambiental e econômico da história do capitalismo”.

Partindo deste contexto, a parlamentar rememora a questão que a moveu em relação ao quadro de crise global e nacional, agravado pelos governantes dos EUA e do Brasil, em 2020, e suas políticas negacionistas e antidireitos trabalhistas: **o que eu posso fazer no âmbito municipal?**

Já no processo eleitoral, a pergunta começou a ser aterrissada com a realização de uma campanha **lixo zero** e a proposta de plantar, caso eleita, **uma árvore a cada voto recebido**.

“Trouxe a ideia da árvore como símbolo da cidade que queremos. E entendamos árvore aqui como metonímia – a parte para ressignificar o todo – do meio ambiente. Queremos tirar o ser humano dessa condição alienada em que se encontra em relação ao meio ambiente, porque nós não entendemos que somos parte do meio ambiente, achamos que somos donos dele, e que ele é uma mercadoria”.

No **diálogo com o Executivo**, Duda vê caminhos para avançar. Dentre as propostas a serem apresentadas estão um Plano de Crescimento Verde para Belo Horizonte, que preveja conservação e incremento de áreas verdes em médio e longo prazos, e também o destamponamento dos rios e córregos da cidade.

Na Câmara Municipal, o gabinete de Duda busca formas de colocar em prática nas escolas uma **educação humanitária e de bem-estar animal**, para tentar mudar a lógica antropocêntrica e substituí-la por uma **lógica ecocêntrica**.

“As legislações são importantes, mas no campo da vereança, ainda mais importante é a fiscalização. Nós não apresentamos ainda nenhuma mudança para a legislação ambiental, mas queremos que a legislação ambiental atual seja colocada em prática. Estamos fiscalizando para evitar que a especulação imobiliária e a mineração ganhem força aqui”.

Duda destaca que uma articulação está em curso para criar uma **frente inter-municipal em defesa das águas para o estado de Minas Gerais**. O motivo é o projeto de um traçado de rodovial no estado, proposto pelo Executivo. Essa frente deve atuar em sintonia na fiscalização das ações das mineradoras e de todo esse processo.

“O que tentamos fazer aqui no nosso gabinete é trazer, para o campo da política, a ciência da Academia, a ciência dos povos originários e a dos movimentos sociais. Isso constrói uma força, uma sinergia importante para a transformação, que tem como objetivo lutar pelos direitos humanos. E lutar pelos direitos humanos significa lutar pelos direitos ambientais. E vice-versa. Não existe justiça social sem justiça ambiental”.

Qual é o papel do parlamento municipal na recuperação verde?

Para Abramovay, há boas experiências com parlamentares na elaboração de leis voltadas às necessidades das pessoas nas cidades. Mas, além disso, percebe vereadoras e vereadores como **articuladoras e articuladores de um movimento da sociedade civil**, destacando a organização que pode emergir desses mandatos.

RECUPERAÇÃO ECONÔMICA COM JUSTIÇA SOCIAL E AMBIENTAL

Ele cita a realização de **consultas e experimentos envolvendo randomização/sorteio de cidadãos em relação a questões polêmicas**. E exemplifica com casos da França e Grã-Bretanha em relação às mudanças climáticas, onde houve produção de relatórios que foram levados ao Executivo.

Abramovay destaca também o caso da Bélgica, onde cidadãos sem mandato, sorteados, trabalham junto ao Parlamento. No Brasil, destaca um movimento chamado Delibera, que vem fazendo movimentação semelhante.

“Uma das funções importantes do representante parlamentar é buscar formas criativas de mobilização da sociedade, que não sejam burocráticas e nem passem exclusivamente pelas representações partidárias. É uma mobilização da Inteligência Social de forma representativa”.

No mundo todo, vive-se um **processo de perda de vínculo entre representação parlamentar e sociedade**; uma crise geral da representação parlamentar na democracia, define ele. Por essa razão, é preciso “abrir a democracia”. E parlamentares que têm essa postura, como Duda, são fundamentais no sentido de dar à representação parlamentar uma **substância que vem da mobilização social**.

Duda percebe a Câmara dos Vereadores como lugar de muita burocracia e pouco espaço de atuação. Por isso, destaca como principais modos de atuação **a fiscalização e a luta, no campo legislativo, para não permitir a flexibilização das leis ambientais**.

“O conselho que eu dou é entender a luta para além da Câmara; mobilizando os movimentos sociais. Eu não consigo, por exemplo, proibir uma mineração via legislação, mas temos estrutura para dar aporte aos movimentos sociais para que façam mobilizações para barrar esse tipo de coisa. Temos uma equipe jurídica que pode ajudar nisso. Nossos mandatos, que são progressistas, precisam fortalecer os movimentos sociais, porque as mudanças não vão vir da Câmara”.

RECUPERAÇÃO ECONÔMICA COM JUSTIÇA SOCIAL E AMBIENTAL

Outro ponto destacado por ela como fundamental é **pautar questões para a cidade**. No caso da crise climática, demonstrar como ela **afeta o dia a dia das pessoas**. Mobilizar audiências públicas com os cidadãos para demonstrar a concretude das questões em suas vidas e atividades.

“O que vai mudar a sociedade não é lei, mas a própria sociedade se organizando e pautando a sociedade que ela quer”.



[Assista ao painel no Youtube.](#)



Referências destacadas pelos participantes:

Cidades biofilicas = o termo “biofilia” foi popularizado pelo ecólogo americano Edward O. Wilson na década de 1980, a partir da premissa de que os seres humanos teriam uma ligação emocional inata com outros organismos vivos e com a natureza, em especial porque grande parte da história da humanidade não se desenvolveu nas cidades, mas em convivência íntima com a natureza. Cidades biofilicas apresentam um desenho que permite aos habitantes desenvolverem atividades e um estilo de vida que os deixa aprender com a natureza e comprometer-se com seu cuidado.

Delibera Brasil = coletivo de cidadãos brasileiros que se unem em torno da ideia de desenvolver iniciativas de deliberação para construir uma pauta aplicada a diferentes tipos de problemas e decisões enfrentados pela sociedade brasileira. Trabalha com minipúblicos, grupos escolhidos aleatoriamente por sorteio. Ao final do processo, o grupo elabora um registro de deliberação e encaminha a quem vai decidir sobre a pauta.

TEMA 3:

A EXPERIÊNCIA DAS FRENTES PARLAMENTARES AMBIENTALISTAS

A EXPERIÊNCIA DAS FRENTES PARLAMENTARES AMBIENTALISTAS

As Frentes Parlamentares Ambientalistas são espaços de articulação importantes em torno das agendas climática e ambiental. Bem estabelecidas no Congresso Nacional e com alguns bons exemplos em Assembleias Estaduais, as Frentes começam a ser conhecidas e articuladas também em municípios, junto às Câmaras de Vereadores, e são potencialmente espaço de promoção de articulação entre parlamentares nas três instâncias sobre mesmas incidências, em especial diante do cenário de desmonte ambiental vivenciado pelo país neste momento.

Para debater o tema, o Gabinete de Inovação reuniu Mario Mantovani, um dos fundadores e articuladores da Frente Parlamentar Ambientalista e responsável pela área de *advocacy* na [Fundação SOS Mata Atlântica](#); Marcos José de Abreu, o [Marquito](#), vereador em Florianópolis (SC), em seu segundo mandato, responsável por propor e aprovar a Frente Parlamentar Ambientalista na Câmara Municipal de Florianópolis, e coordenador da Frente Parlamentar Ambientalista dos Vereadores; e [Maria Marighella](#), vereadora em Salvador (BA), que participa da Frente Parlamentar Ambientalista dos Vereadores, neta de Carlos Marighella e integrante da manifestação cidadã ManifestA ColetivA, por meio da qual se elegeu em 2020.

O que foi apresentado?

Como nascem as Frentes Parlamentares Ambientalistas?

Mario Mantovani traça um histórico da atuação pelo meio ambiente no país até a constituição das Frentes Parlamentares Ambientalistas. Aponta que, embora na década de 1970 não houvesse um movimento ambientalista constituído no país, a Conferência de Estocolmo, realizada em 1972, reverberou de algum modo, ao passo em que ele atuava para fazer um ‘meio de campo’ na tradução do que se desenhou no mundo – o pensar global e agir local – no país.

Ele destaca:

- A agitação do movimento Diretas Já e a elaboração da Constituição de 1988, em especial a construção do capítulo sobre meio ambiente.
- A mudança no posicionamento do Brasil, que passa a ser um protagonista na Eco-92.
- Criação da Rede Mata Atlântica e necessidade premente de transformar tudo o que estava no capítulo ambiental da Constituição em realidade, o que se

A EXPERIÊNCIA DAS FRENTES PARLAMENTARES AMBIENTALISTAS

traduziu, por exemplo, no processo de criação da Lei da Mata Atlântica, a fim de assegurar o que restava do bioma como patrimônio nacional.

Mário define que a atuação dentro do Congresso Nacional para assegurar a aprovação da [Lei da Mata Atlântica](#) foi um grande aprendizado. Vários tipos de manifestação foram realizados a fim de ter a atenção, entendimento e simpatia dos parlamentares para a causa, envolvendo plantios, mobilização com crianças e muito mais, nos 14 anos que se seguiram, do início desse movimento até a criação da lei.

“Até então, o que a gente conhecia do que hoje chamamos de *advocacy* chamava-se lobby. E era uma coisa muito ruim porque quem tinha dinheiro dava presentes para deputados, ia a restaurantes, fazia tudo de mais odioso para comprar [os posicionamentos]. E nós, o que podíamos fazer? Tínhamos acabado de lançar a campanha Estão Tirando o Verde da Nossa Terra. Buscamos informação qualificada, trazendo o primeiro mapeamento da floresta com o INPE como uma ferramenta para que a gente tivesse uma maior incidência”.

E na esteira dessas reflexões surge a ideia da Frente Parlamentar Ambientalista. Já existiam várias frentes em atuação no Congresso e o movimento foi criar uma Frente diferente em que todas as reuniões fossem abertas com a participação da sociedade. **O Estatuto da Frente Parlamentar Ambientalista**, destaca Mário, permitia a presença da **sociedade civil e do parlamentar no mesmo patamar de decisão**, algo muito inovador dentro do Congresso.

A Frente se reunia em cafés da manhã, que tinham a presença de apoiadores e opositores interessados nos temas pautados. O encontro acontecia sempre duas horas antes de começarem as Comissões do dia. O tema a ser abordado nas Comissões era debatido abertamente, de onde se tirava um posicionamento. Os cafés aos poucos foram reunindo também imprensa e assessorias, chegando a ter centenas de pessoas presentes, em alguns casos.

A EXPERIÊNCIA DAS FRENTES PARLAMENTARES AMBIENTALISTAS

Hoje, a Frente se reúne de um jeito diferente, *on-line*, por causa da pandemia, e Mário destaca a pluralidade de posições e partidos dos coordenadores a cada mandato.

“O principal da Frente Parlamentar Ambientalista é que se inicia uma nova forma de fazer política em Brasília, que vem a ser chamada de *advocacy*. Nada escondido, tudo transparente. Esse é o nosso papel”.

Ainda na questão da transparência, Mário destaca a criação do **Observatório das Leis**, pelo qual é possível acompanhar legislações amigas e inimigas do meio ambiente.

As Frentes Parlamentares Ambientalistas Estaduais não demoraram a surgir como desdobramento, buscando, em cada Assembleia, **deputados que levassem os temas de Brasília para os estados**. O fortalecimento dessas redes fez, por exemplo, com que a **discussão sobre o Código Florestal acontecesse em todas as Assembleias**, o que trouxe grande impacto para o movimento de *advocacy* em torno do tema.

A Frente Parlamentar Ambientalista dos Vereadores tem sido o passo seguinte.

- Testes de campo iniciaram o processo com vereadores em municípios do Paraná, além de São Paulo (SP) e em Campo Grande (MS).
- O modelo funciona muito bem e aos poucos vai se expandindo para mais municípios.
- Marquito é o coordenador dessa Frente.

Quais os desafios de se ter uma agenda socioambiental no município?

Em seu segundo mandato, Marquito destaca que a agenda ambiental de seu gabinete é, na verdade, a agenda ambiental da cidade de Florianópolis, que possui uma série de coletivos, movimentos sociais, entidades, organizações, universidades, centros de pesquisa, e os próprios servidores públicos municipais, estaduais e federais, que tocam os temas ambientais.

A EXPERIÊNCIA DAS FRENTES PARLAMENTARES AMBIENTALISTAS

“Florianópolis tem 97,3% do território em uma ilha e 2,7%, no continente, mas no continente vivem quase 20% da população. É uma região muito adensada, onde atuamos durante muito tempo com agricultura urbana e compostagem”.

A cidade, prossegue ele, tem também tradição de pesca artesanal e turismo, mas fala-se pouco das características ambientais tão qualificadas do território. Um conjunto de unidades de conservação de diferentes categorias cobre 25% da área da cidade.

Segundo Marquito, Florianópolis é também uma cidade que historicamente esconde a pobreza e trata mal as comunidades tradicionais, por não ser de interesse do mercado a sua valorização. Uma cidade em disputa pelos espaços e que vive historicamente a especulação imobiliária.

“Temos um tecido social que reverbera a necessidade de políticas ambientais e puxa a própria política para essa defesa. Temos trazido a discussão sobre a necessidade de valorizar os povos tradicionais. E temos que fazer um trabalho de garantir a política de meio ambiente como um todo: saneamento básico, resíduos sólidos, planejamento e ocupação do solo, que é a grande política nos territórios. Por tudo isso, a gente briga e enfrenta”.

O vereador aponta que o seu mandato tem uma visão ambiental sistêmica, levantando questões como agroecologia, segurança e soberania alimentar e nutricional, economia solidária e a **natureza como sujeito de direitos**.

A EXPERIÊNCIA DAS FRENTES PARLAMENTARES AMBIENTALISTAS

O gabinete do vereador aprovou o **Projeto de Lei Floripa Zona Livre de Agrotóxico**, aplicável à área peninsular da cidade, fundamental, segundo Marquito, no debate sobre ruralidades e agriculturas, além de resposta à estrutura do agro-negócio e da indústria dos agrotóxicos.

A legislação que reconhece a **natureza como sujeito de direitos é resultado da alteração de um artigo da Lei Orgânica Municipal**, e hoje está sendo usada por juristas que constroem uma ação civil pública na perspectiva de proteger a Lagoa da Conceição.

Ele destaca o processo de elaboração de legislações específicas, **construídas de modo customizado para o território, por meio de laboratórios com o tecido social**. Isso culminou na aprovação, por exemplo, de uma lei que proíbe o envio de resíduos orgânicos para o aterro sanitário, de modo gradativo, até 2030.

Outros temas em pauta são: pagamento por serviços ambientais para catadores de material reciclável; reconhecimento da água e saneamento básico como direitos humanos e alteração de legislações para permitir sistemas individuais de saneamento ecológico, a partir da perspectiva das crises sanitárias que ocorrem no município.

No segundo mandato, o gabinete cuida dos desafios da **execução das leis**.

“A tarefa maior é tentar desarmar as grandes estruturas e/ou organizações criminosas que envolvem agentes públicos, empresariais, para o interesse de burlar leis e desqualificar a legislação ambiental para seus interesses econômicos, e não deixar que esses interesses e organizações façam o trabalho de criminalizar as populações mais pobres, as comunidades e povos tradicionais, na perspectiva de colocá-los como os agentes de destruição da natureza. Este é um embate necessário”.

A EXPERIÊNCIA DAS FRENTES PARLAMENTARES AMBIENTALISTAS

Na primeira legislatura, o vereador coordenou algumas Frentes Parlamentares na Câmara Municipal de Florianópolis, em prol do saneamento básico, das unidades de conservação e em defesa do mar. Desde o final de 2019, vinha conversando com os participantes dessas Frentes, a sociedade civil, sobre a disposição de **fundir essas ações em uma única Frente Parlamentar Ambientalista.**

Quase simultaneamente, Marquito teve uma provocação, vinda da Rede de Entidades da Mata Atlântica, no sentido de se **tornar coordenador da Frente Parlamentar Ambientalista de Vereadores.** E aceitou. O vereador avalia que a tarefa é articular os municípios, as Câmaras de Vereadores e gestores que têm sensibilidade para o tema, de modo a constituir um espaço de diálogo e construção.

“O desafio é chegar cada vez mais a um maior número de vereadoras e vereadores pelo país; trazê-los conosco para construir essa agenda comum; ter entre nós esse amparo, porque vamos enfrentar lutas locais, e, ter uma organização articulada nacionalmente nos fortalece muito para isso. E também nos fortalece para mostrar, no nível federal, o quanto a não-política, ou a necropolítica, interfere diretamente na vida concreta e diária das pessoas”.

Um levante nas cidades por um outro tipo de desenvolvimento para o Brasil

Em seu primeiro mandato, Maria Marighella já é **coordenadora da Frente Parlamentar Ambientalista na Câmara Municipal de Salvador.** Ela evoca o *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, em 2016, como episódio que a fez despertar para a dimensão dos rumos que tomavam o país e de ser parte da ebulição que tomou conta do Brasil com a **insurgência de mulheres, mulheres negras, ambientalistas, atividades culturais e estudantes se organizando.**

A EXPERIÊNCIA DAS FRENTES PARLAMENTARES AMBIENTALISTAS

“Sujeitos que participam e participavam da vida política, mas não tinham espaço prévio constituído. E, nesse contexto, mulheres vão às ruas; estudantes ocupam escolas e atividades de cultura ocupam os prédios do Ministério da Cultura. É dali que surge a força Marielle Franco e tantas outras parlamentares que nos enchem de esperança e sentimento de urgência”.

Naquele momento, Maria se aproxima do **Ocupa Política**, plataforma que reúne experiências de ocupação da política institucional, e conhece Marquito, já então vereador em Florianópolis. Em 2020, é parte do movimento **ManifestA Coletiva**, quando percebe que **a reação ao movimento autoritário e retrógrado que se instala no país surgiria por meio das cidades** e se candidata, em uma campanha que ela define como uma disputa radical sobre modelo de cidade/sociedade.

O programa da campanha, em diálogos pela cidade, trouxe 10 eixos de luta, tendo a Cultura como eixo principal e prioritário. Embora não houvesse um eixo ambiental, Maria o percebe nitidamente expresso no eixo do **direito à cidade**.

“Salvador é uma cidade que tem parques aquáticos, como o Abaeté, o São Bartolomeu. Tem uma cultura de mariscagem, de pesca, questões de natureza cultural, de patrimônio. E o que é isso senão um ativo de Cultura, uma riqueza, algo que propositadamente não é reconhecido para que justamente não seja compartilhado?”.

Logo após as eleições, Maria encontra Mario na Frente Parlamentar Ambientalista da Bahia, na Assembleia Legislativa, e o contato dispara uma espécie de chamado. Ela diz que logo percebeu que a questão ambiental está no centro do debate de um outro modelo de desenvolvimento, de um outro projeto político, de emancipação coletiva, de distribuição, em que o bem-estar e bem viver da população sejam a meta prioritária da gestão e das políticas.

A EXPERIÊNCIA DAS FRENTES PARLAMENTARES AMBIENTALISTAS

“Defender o meio ambiente é essencialmente defender a vida. E é isso que nos impulsionou em relação à Frente, e que nos convoca. Fazemos parte de um levante, por todas as cidades, de um modelo de desenvolvimento para o Brasil. E, sem dúvida alguma, nós fazemos parte dessa transição e desse desafio, e não vamos recuar”.



[Assista ao painel no Youtube.](#)



Referências destacadas pelos participantes:

Frente Parlamentar Ambientalista = criada em 2007, organiza-se em diversos grupos temáticos e tem o compromisso de atuar, conjuntamente com a sociedade civil, no sentido de apoiar iniciativas governamentais e não governamentais que visem alcançar padrões sustentáveis de desenvolvimento.

Frente Parlamentar Ambientalista dos Estados = as Frentes Parlamentares Ambientais dos Estados sucedem a criação da Frente Parlamentar Ambientalista do Congresso Nacional, na busca de descentralizar as ações dos Parlamentos, em articulação com a sociedade.

A EXPERIÊNCIA DAS FRENTES PARLAMENTARES AMBIENTALISTAS

Referências destacadas pelos participantes:



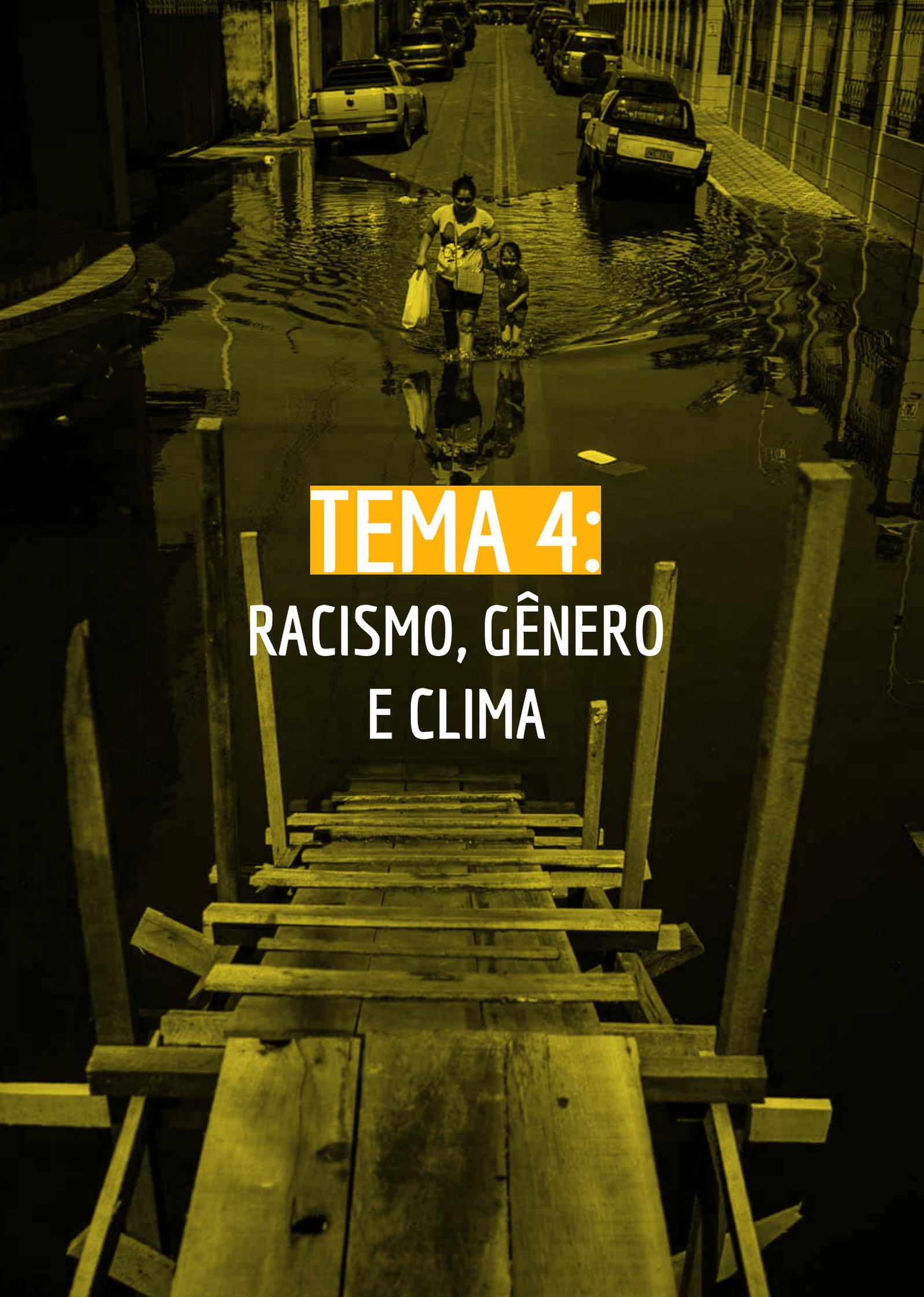
Revolução dos Baldinhos = iniciativa de gestão comunitária de resíduos orgânicos e agricultura urbana, que sensibiliza as famílias para a reciclagem das sobras de comida e as transforma em composto orgânico, disseminando o plantio como promoção da saúde e alimentação saudável.

Natureza como sujeito de direitos = emenda à Lei Orgânica Municipal de Florianópolis que institui que o Poder Público promoverá políticas públicas e instrumentos de monitoramento ambiental para que a natureza adquira titularidade de direito e seja considerada nos programas do orçamento municipal e nos projetos

Natureza como sujeito de direitos = emenda à Lei Orgânica Municipal de Florianópolis que institui que o Poder Público promoverá instrumentos de monitoramento ambiental para que a natureza adquira titularidade de direito e seja considerada nos programas do orçamento municipal e nos projetos e ações governamentais.

Ocupa Política = confluência de organizações, coletivos da sociedade e (atualmente) 17 Mandatos-Ativistas que se unem para ocupar a política institucional, potencializar candidaturas ativistas e articular uma política suprapartidária de renovação progressista nacional.

ManifestA Coletiva = movimento fundado em 2020, que nasce do desejo de ocupar efetivamente a política institucional para produzir um campo de invenção política na cidade de Salvador, inspirado por tantas outras experiências que têm se espalhado pelo campo progressista no Brasil e no mundo.



TEMA 4:

RACISMO, GÊNERO E CLIMA

RACISMO, GÊNERO E CLIMA

Ao longo dos anos, as mudanças climáticas ocasionaram o aumento da desigualdade no mundo e o cenário nos territórios mais vulneráveis afeta diretamente o cotidiano das pessoas.

Para debater o tema das mudanças climáticas e sua relação com desigualdades, racismo e gênero, o Gabinete de Inovação reuniu **Isabel Garcia-Drigo**, PHD em Ciência Ambiental pelo PROCAM (USP) e AgroParisTech, gerente de projetos na Iniciativa de Clima e Cadeias Pecuárias do [IMAFLOA](#) e participante [do Grupo de Trabalho em Gênero e Clima do Observatório do Clima](#); e **Zezé Pacheco**, secretária executiva nacional do [Conselho Pastoral dos Pescadores](#) e integrante da [Mahin](#) Organização de Mulheres Negras.

O que foi apresentado?

Por que falar de gênero, racismo e clima?

Isabel Garcia-Drigo destaca a importância dos municípios nas questões ambientais, apontando que eles são os territórios onde as pessoas **vivem, criam raízes e onde vão, cotidianamente, enfrentar os problemas e colher as soluções.**

“A questão das mudanças climáticas, que envolve todo o planeta e toda a humanidade, tem um impacto muito concreto no local, e vai impactar diferentes pessoas, de diferentes formas, porque há as condições de vida material, que não são as mesmas para todo mundo, e a questão histórica, que também nos equipa ou deixa de nos equipar para lidar com as mudanças climáticas”.

Ela cita o impacto das secas, chuvas e inundações sobre colheitas como um dos exemplos dessa relação: a mudança de regime de chuvas impacta menos grandes e médios fazendeiros, que são capitalizados e trabalham com grandes mercados, do que assentamentos, comunidades quilombolas e povos tradicionais no mesmo território, que têm menos condições de absorver o choque, reagir e manter os meios de vida.

“Não podemos olhar com a mesma régua os problemas que afetam todos, mas afetam mais uns do que outros. É preciso enxergar essa diferença e encontrar soluções para todos de forma mais igualitária”.

Isabel aponta a importância **de fomentar mais diversidade de mulheres da sociedade civil nesse debate**, reconhecendo que as mulheres nesses espaços ainda são majoritariamente brancas, formadas em universidades, e que é preciso ter maior participação de mulheres de outras regiões e dos grupos mais afetados pelas mudanças climáticas.

Ela cita como motivos para essa participação ainda reduzida, a rotina das mulheres em suas lutas cotidianas, que deixa pouco tempo para este tipo de interação, e também, em especial no momento pandêmico em que vive o mundo desde 2020, a dificuldade de acesso à internet, já que atualmente essas interações se dão virtualmente.

No pós-pandemia, Isabel crê que uma das formas de possibilitar a inclusão de mais e diversas mulheres nesses espaços será **levar as discussões sobre gênero e clima para as comunidades**.

“Não é que faltam mulheres em termos de quantidade. Falta diversidade, porque faltam condições objetivas de proporcionar mais participação”.

Sobre relacionar as questões de gênero e clima às pautas municipais, Isabel cita como exemplo o projeto **Pira no Clima**, na cidade de Piracicaba (SP), coordenado pelo IMAFLORA, que visa a construção do Plano de Mitigação e Adaptação às Mudanças Climáticas do município com **olhar especial para a questão de gênero**.

Utilizando uma metodologia que privilegia a consulta ‘de baixo para cima’, torna-se possível ouvir as vozes e os problemas concretos de grupos vulneráveis, para que sejam considerados no desenho do Plano. Apesar da impossibilidade de tra-

RACISMO, GÊNERO E CLIMA

balho em campo por causa da pandemia, Isabel avalia que o projeto conseguiu revelar pessoas que nunca tiveram oportunidade de se pronunciar **e participar da construção de uma política pública como esta.**

“O trabalho mostrou que ainda é difícil as mulheres terem vozes nesses grupos. Os homens se colocam muito mais. A mediação do processo precisa ser sensível a isso e criar espaços para que essas vozes surjam, para que não haja intimidação das mulheres. E também para garantir a participação daqueles que geralmente já não se colocam, porque se sentem oprimidos”.

Outro ponto destacado por ela é o desafio de trabalhar a **adaptação às mudanças climáticas** nos territórios, tendo em vista que problemas que tendem a piorar cada vez mais, como secas, enchentes, invernos e verões mais severos, precisam de soluções e de um planejamento que leve em consideração os **diferentes grupos que vão ser afetados.**

Racismo e justiça ambiental

Zezé Pacheco destaca a importância do contexto do racismo ambiental no Brasil:

“É uma oportunidade falar com as vereanças, que são quem pensam as políticas públicas, e verter o nosso pensamento, porque a lógica brasileira é a de desconsiderar os grandes grupos que aqui a gente se acostumou a chamar de minorias”.

Ela rememora o **processo de colonização das Américas – e do Brasil**, em particular –, marcado pela invasão de países europeus que, para fundamentar o domínio e a posse das novas terras, construíram um arcabouço de práticas e ideologias que justificassem e referendassem tal poder.

RACISMO, GÊNERO E CLIMA

Nessa construção, ela destaca como elementos combinados, que teriam marcado profundamente o continente e o país, o etnocentrismo como paradigma de pensamento superior; o cristianismo imposto como fé única e verdadeira; o racismo, que determinou a supremacia branca sobre outros grupos étnicos e facilitou o escravismo; a lógica patriarcal, que relegou mulheres ao lugar doméstico e ao servilismo; **a lógica do extrativismo e monocultivo voltados à exportação** como modelo para pilhagem dos recursos naturais e a violência como instrumento de todo esse processo.

Zezé cita o sociólogo peruano **Aníbal Quijano**, que afirma que a classificação social da população mundial de acordo com a ideia de raça foi um dos eixos fundamentais do capitalismo, uma construção mental que expressa a experiência da dominação colonial e que, desde então, permeia as dimensões mais importantes de poder mundial.

“Esses processos históricos convergiram estabelecendo como eixo fundamental do novo padrão de poder a codificação das diferenças entre conquistadores e conquistados na ideia de raça. Uma estrutura biológica supostamente distinta que situava conquistados numa situação natural de inferioridade em relação a conquistadores. A articulação de todas as formas históricas de controle do trabalho em torno do capital e do mercado, e seu movimento de expansão e universalismo, tudo isso foi aplicado inicialmente aos indígenas e não-negros e depois aos negros”.

Por racismo ambiental, prossegue Zezé, entende-se a **deliberada intenção de não responder às necessidades ambientais e destinar a degradação e a contaminação a comunidades subalternizadas**, que em sua maioria são comunidades negras. Se expressa pela forma sistemática como os povos indígenas e os negros são especialmente atingidos pela lógica da exploração econômica sobre seus territórios. As consequências ambientais, distribuídas de maneira diferenciada, fazem com que determinados grupos sejam atingidos de maneira particular, tornando-se mais vulneráveis.

RACISMO, GÊNERO E CLIMA

“O racismo ambiental é a discriminação racial das políticas ambientais; é a discriminação na escolha deliberada de comunidades negras e indígenas para depositar rejeitos tóxicos, instalar indústrias poluidoras. E também é racismo ambiental as injustiças sociais e ambientais que recaem de forma implacável sobre as etnias e as populações vulnerabilizadas”.

Exemplos citados por ela são a produção de pesca, carcinicultura e aquicultura em grande escala, que substituem comunidades e destroem manguezais. Além da mineração, que destrói os territórios e escolhe as comunidades negras, pobres, quilombolas e camponesas como locais para onde são destinados os rejeitos da atividade.

Zezé também destaca as grandes obras urbanas, que geralmente são construídas sem consulta e participação das comunidades e que, embora as construtoras sempre tenham um discurso de desenvolvimento e garantias para a população, as medidas que são prometidas não se efetivam na prática.

As mulheres são a grande parte atingida por tudo isso, diagnostica, porque permanecem nos territórios, com filhos e famílias, independentemente da degradação, enquanto os homens migram em busca de melhores trabalhos e ambientes.

“Geralmente, as mulheres têm seus corpos ligados ao território. Pescadoras, marisqueiras, trabalhadoras rurais, indígenas: seus corpos estão relacionados ao território, que forma e é extensão dos corpos dessas mulheres.

● Para discutir o município a partir de desconstrução, numa perspectiva de **justiça ambiental, é preciso levar em consideração esses caminhos e essa lógica do racismo que se abate sobre as populações vulnerabilizadas**. Mulheres, povos e comunidades tradicionais são grupos pouco pensados quando se constrói política pública.

RACISMO, GÊNERO E CLIMA

- **As mulheres negras estão na base da pirâmide: são as que têm a menor renda; são maioria no Brasil** e grande parte delas se constitui em chefes de família. Elas são a maioria e em maior situação de vulnerabilidade, portanto, é preciso olhar de forma diferenciada para **corrigir essas desigualdades**.
- A lógica da mudança do clima passa pelo modelo de desenvolvimento e pela forma como as cidades são construídas. É preciso **reorientar a perspectiva de pensamento, de distribuição e de desenvolvimento** e também a perspectiva de justiça ambiental, para corrigir o futuro.
- Esse modelo de consumo e produção que temos produziu o que vivemos hoje, **esse momento de sindemia**. Discutir o clima e as desigualdades é central nesse momento da sociedade, e isso **começa a partir do município, no nível local**.



[Assista ao painel no Youtube.](#)



Referências destacadas pelos participantes:

[Projeto Pira no Clima](#) = projeto organizado pelo IMAFLORA com financiamento da OAK Foundation. Tem como objetivo contribuir para a elaboração de um Plano Municipal de Mitigação e Adaptação à Mudança do Clima em Piracicaba/SP, considerando as questões de gênero direta e indiretamente relacionadas ao tema.

[Aníbal Quijano](#) = sociólogo peruano conhecido por ter desenvolvido o conceito de ‘colonialidade do poder’, modelo de exercício de dominação especificamente moderno que interliga a formação racial, o controle do trabalho, o Estado e a produção de conhecimento.



TEMA 5:
MOBILIZAÇÃO E
COMUNICAÇÃO

Diante da pandemia e das consequentes crises econômica e social, cidades de todo o mundo terão que trabalhar juntas para recuperar e garantir a saúde física e ambiental dos seus cidadãos. Mas o sucesso deste movimento dependerá da capacidade das lideranças de se comunicarem de maneira eficaz, demonstrando e percebendo os benefícios tangíveis da ação climática para o dia a dia dos cidadãos e cidadãs.

Pesquisa realizada pelo [Climate Outreach](#) identificou vários públicos para os quais a comunicação sobre mudanças climáticas é viável e popular quando enquadrada **de forma alinhada com seus interesses no dia a dia e quando apela para os valores mais defendidos pela população.**

Trazer a **agenda climática para o centro dos mandatos demanda apoio popular** para atuação, o que só se consegue por meio de comunicação e mobilização. Para debater o tema da **comunicação e mobilização** e sua relação com desigualdades, racismo e gênero, o Gabinete de Inovação reuniu **Lígia Oliveira**, especialista em *marketing* político e propaganda eleitoral pela USP e coordenadora de campanhas de comunicação e mobilização de causas sociais e ambientais na [Purpose](#); **Nathalia Rocha**, jornalista pela Unesp com MBA em *marketing* e comunicação digital pela ESPM, uma das criadoras da Rede Narrativas e estrategista sênior na Purpose; e **Pedro Borges**, jornalista pela Unesp, integrante da equipe do Profissão Repórter, da [Rede Jornalistas das Periferias](#) e da diretoria de comunicação da Escola de Samba Camisa Verde e Branco, além de cofundador e editor-chefe da [Alma Preta](#).

O que foi apresentado?



[Assista ao painel no Youtube.](#)



Como engajar e mobilizar para as questões climáticas?

Nathalia Rocha destaca que a **agenda climática não mais deve ser tratada como algo separado dos grandes desafios a serem enfrentados nas cidades**, sobretudo diante do contexto da pandemia de Covid-19, que deixou evidente o cenário de desigualdades sociais e a conexão delas com a agenda climática.

Para ela, a recuperação da pandemia e o olhar para a saúde das pessoas e para a natureza vão depender da capacidade de **colocar a agenda de clima no centro do debate**, de modo a engajar eleitores e ser capaz de **comunicar a transversalidade da agenda em relação aos problemas estruturais das cidades**.

Embora a agenda de clima seja global e envolva diferentes esferas, Nathalia acredita que **nas cidades é onde se tem mais chance de promover de modo efetivo uma recuperação** que seja **verde e inclusiva** e que leve em consideração os desafios da população no dia a dia, em especial para populações periféricas, indígenas e comunidades tradicionais que estão mais vulneráveis diante das múltiplas crises do contexto atual.

“Historicamente, o movimento climático acaba sendo muito uma disputa entre quem é a favor e quem é contra. E a proposta é trazer esse debate de uma forma que seja mais palpável, tangível. Olhar para além dos convertidos, para conseguir ganhar massa crítica em outros segmentos da população que também podem ter interesse e que de algum modo são também impactados pela discussão sobre clima e pelas questões adjacentes a isso”.

Nathalia sugere não focar a comunicação em públicos negacionistas e buscar engajamento maior dos cidadãos que compõem a **parcela da população que de algum modo está indiretamente conectada à agenda do clima**, e também do grupo que está distante da pauta, mas que pode ser mobilizado e engajado se a **narrativa de abordagem tangenciar problemas e valores caros a ele**.

Como dialogar e moldar a narrativa?

Ligia Oliveira destaca resultados de **pesquisas realizadas pela Purpose** nos últimos dois anos, com um olhar para as mudanças climáticas e as prioridades dos brasileiros: **92%** acreditam que o aquecimento global é uma realidade; **81%** percebem a conexão entre eventos extremos e mudanças climáticas; e **2/3** da população sabe que **a principal causa das mudanças climáticas é a ação humana**. Apesar disso, as pessoas **não veem o tema como prioridade**.

MOBILIZAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Em maio de 2020, pesquisa rodada em Belém (PA), Recife (PE), São Paulo (SP), Belo Horizonte (MG) e Rio de Janeiro (RJ) buscou entender quais eram as **prioridades da população**, e as questões que mais apareceram foram **saúde, educação, segurança pública, emprego e saneamento básico**.

Assim, o **primeiro ponto** para promover essa comunicação seria **conectar as mudanças climáticas com os problemas do dia a dia da população**.

O **segundo ponto** destacado por Ligia é a **segmentação de públicos a partir da perspectiva de uma narrativa baseada em valores**. Pesquisa da Purpose revelou que **24%** das pessoas se definem como direita, **11%** como centro e **22%** de esquerda. Mas **42%** das pessoas não sabem qual a sua identificação com o campo político. Ainda, **59%** se definem como conservadoras, **37%** como progressistas e **4%** não souberam responder. A mesma pesquisa investigou sobre **valores morais defendidos pelas pessoas** e **79%** delas defendem a **honestidade** como um valor, enquanto **74%** defendem o **cuidado**.

“A agenda climática costuma ser vista de uma forma bastante técnica, e até um pouco elitista, que só olha para o futuro, cheia de números e dados. Essa perspectiva de conectar as agendas prioritárias da população com os valores e a agenda de clima seria uma forma um pouco mais engajadora de falar sobre mudanças climáticas. Em vez de falar sobre a agenda climática, a ideia é que a gente aproxime isso da população por caminhos como o de alimentação saudável, segurança alimentar ou mobilidade”.

Como exemplo, Ligia cita a abordagem da questão das emissões dos **ônibus a diesel** pelo prisma de que são os **mais velhos das frotas que circulam nas periferias**, e logo são os que mais emitem, sendo as **populações periféricas** as que passam mais tempo dentro desses ônibus, **respirando o ar poluído**. Assim, a estratégia seria **trocar a narrativa sobre emissões por uma aproximação a partir do cuidado com a saúde**.

MOBILIZAÇÃO E COMUNICAÇÃO

É importante ouvir a população para entender suas agendas prioritárias e conectá-las com a agenda climática. **A produção de narrativas baseadas em valores importantes para a população é também um caminho exitoso** apontado por ela.

Um **terceiro ponto** para uma boa comunicação seria **entender a audiência com a qual se fala**, destaca Ligia, lembrando de um princípio básico de estratégia de comunicação: **quando se tenta falar com todo mundo, não se fala com ninguém**. É preciso então entender quais são os **públicos com os quais se dialoga e segmentar e personalizar os conteúdos** para cada um deles.

“Há essa perspectiva também [em entender] quem é o eleitorado ou os potenciais eleitores dos mandatos. Entender os públicos com os quais se está dialogando, ou com os quais se pretende dialogar, e definir os diferentes canais, meios e linguagens que precisam ser adotados dependendo de cada uma dessas audiências. Não existe uma receita ou fórmula, temos que fazer uma análise para cada um desses públicos com os quais a gente está trabalhando”.

-
- Continuar o diálogo com a sociedade civil depois de eleita ou eleito à vereança e promover oportunidades para escuta dos cidadãos são importantes para se entender as prioridades da população e conectá-las às pautas climáticas.
 - Criar um espaço que forneça um ambiente mais seguro para aprovar pautas progressistas, em especial quando não se tem maioria parlamentar para avançar. Isso é possível a partir da manutenção do diálogo e da criação de uma base de apoio com organizações e pessoas que olhem para o desenvolvimento econômico com mais responsabilidade social.

Audiências, diálogo e mídias

Pedro Borges lembra que foi provocado a pensar sobre clima em uma atividade promovida pela Purpose, na zona sul de São Paulo, e que demorou a **estabelecer a relação entre mudanças climáticas e temas que dizem respeito ao cotidiano**. A participação da **COP 25, realizada em 2019 na Espanha**, é destacada por ele como um momento de aprendizado. E ambas as ocasiões geraram reflexões sobre como os **temas da desigualdade, do racismo e do meio ambiente se entrecruzam**.

“Quando a gente discute raça, racismo, gênero, sexismo, LGBTfobia, desigualdades e a própria questão ambiental, no fim das contas, estamos debatendo, de alguma maneira, o direito à vida. Seja o direito à vida dessa nova geração, seja o direito à vida das próximas gerações. Comecei a perceber que é impossível fazer uma discussão em todos esses temas sem olhar para o meio ambiente e para as próprias questões climáticas”.

Pedro destaca que a **discussão sobre clima é bastante branca e classe média, e dificilmente chega a grupos ribeirinhos e quilombolas**. Na COP 25, relata, havia apenas uma pessoa quilombola na delegação brasileira e poucas pessoas negras. Já o movimento dos povos indígenas, no entanto, estava **presente, mobilizado e organizado para participação**, com a liderança de Sônia Guajajara.

“Das reportagens que a gente fez, um tema que gerou muita repercussão foi o altíssimo crescimento, nos últimos anos, do assassinato de lideranças quilombolas no Brasil. E esse assassinato está ligado intimamente à disputa por terra, ao desmatamento, madeireiras; a essa expansão absurda de uma agropecuária que quer plantar soja e vender para outros lugares do mundo, enquanto a gente não tem segurança alimentar aqui no Brasil. Não é possível fazer uma reportagem sobre o assassinato de lideranças quilombolas, que é um problema pulsante no Brasil, sem abordar a questão climática”.

Para o jornalista, **a relação dos mandatos parlamentares com comunicadores e comunicadoras** é muito importante, em especial com as chamadas **mídias independentes**. Ele cita o exemplo do gabinete de Áurea Carolina, deputada federal por Minas Gerais, que tem atuado na questão das barragens no estado com **sensibilidade para dialogar com outros comunicadores e comunicadoras além dos grandes veículos de comunicação**.

E trata-se de uma estratégia importante quando se quer **endereçar questões a públicos específicos**. O perfil do público do Alma Preta, por exemplo, é composto, em grande parte, pelo **jovem negro da periferia de um grande centro urbano**, e esse público, avalia ele, muitas vezes não é audiência da mídia corporativa, mas **está no Instagram e acompanha a Alma Preta**.

Outros mandatos e mandatadas citados por ele que dialogam nesse espectro são [Quilombo Periférico](#), [Bancada Feminista](#), [Erika Hilton](#) e [Luana Alves](#).

MOBILIZAÇÃO E COMUNICAÇÃO

“A articulação com mandatos foi fundamental para que a gente conseguisse produzir jornalismo de qualidade, fazer investigação e levar informação para as pessoas. Esses mandatos têm, por exemplo uma possibilidade de articulação e uma capacidade de abrir caminhos para que a gente consiga chegar a pontos focais e a documentos, e chegar a essas informações de bastidores, que vão permitir que a gente consiga produzir uma cobertura também de qualidade”.

Pedro, que também trabalha no Profissão Repórter, da Rede Globo, percebe maior facilidade de aproximação de fontes com aquele “crachá” do que como mídia independente Alma Preta. Mas analisa que **coletivos, agências e movimentos de mídia independente, negra e periférica têm grande capilaridade, alcance e relevância**, além de dialogarem também com públicos importantes qualitativa e quantitativamente.

Mídias como **Periferia em Movimento, Nós Mulheres da Periferia, Desenrola e não me Enrola, Voz das Comunidades, Correio Nagô, Revista Afirmativa, Marco Zero Conteúdo, Favela News, Caranguejo Sá e Coletivo Duca** são algumas das mídias independentes que o jornalista conhece e acompanha. Pedro destaca a **convergência das linhas editoriais e do discurso dessas mídias**, o que constrói o que ele define como uma esfera pública radical, que questiona a **esfera que de alguma maneira é construída pelos grandes veículos de comunicação**.



[Assista ao painel no Youtube.](#)



Referências destacadas pelos participantes:

Periferia em Movimento = produtora de Jornalismo da Quebrada que gera e distribui informação dos extremos ao centro. Fundada em 2009 por jovens jornalistas que moram em periferias da zona sul de São Paulo (Aline Rodrigues, Sueli Reis Carneiro e Thiago Borges), tem como missão fazer um jornalismo sobre, para e a partir das periferias, em sua complexidade, para ocupar espaços negados e garantir acesso a direitos.

Nós Mulheres da Periferia = em atividade desde 2014, foi criado por um grupo de mulheres que buscavam espaço para escrever textos e registrar histórias que não encontravam em lugar algum. É uma empresa jornalística fundada e autogestionada por mulheres negras e periféricas, cujo objetivo é democratizar o debate público e aproximá-lo da realidade brasileira.

Desenrola e não me Enrola = criado em 2013 inicialmente como um blog, com postagens de reportagens semanais sobre a cena cultural das periferias de São Paulo, tornou-se um portal de notícias em 2017 e mudou a linha editorial, que passou a abordar também a complexidade de morar, trabalhar, conviver e sobreviver nos territórios periféricos.

Voz das Comunidades = criado por Rene Silva dos Santos, em 2005, aluno de uma escola municipal que decidiu criar um jornal para a comunidade do Morro do Adeus, uma das 13 que formam o Conjunto de Favelas do Alemão, para mostrar o que acontecia em sua comunidade.

Correio Nagô = plataforma digital criada em 2008 pelo Instituto Mídia Étnica que tem como objetivo divulgar as ações da comunidade negra no Brasil e da diáspora. Uma das maiores plataformas de conteúdo sobre a comunidade negra brasileira no país, com correspondentes em diversos estados do Brasil e do mundo.

Referências destacadas pelos participantes:



Revista Afirmativa = coletivo de mídia negra organizado desde outubro de 2013, na Bahia, composto por jornalistas e profissionais de comunicação que atuam na militância pelo direito à comunicação da comunidade. Atua pela garantia da representatividade das pessoas negras na mídia, de maneira real, diversa, humanizada e qualificada.

Marco Zero Conteúdo = organização da sociedade civil sem fins lucrativos, que tem por objetivo qualificar o debate público promovendo o jornalismo investigativo e independente. Aposta na produção de reportagens e conteúdos que exponham as relações de poder, dando destaque a temas de interesse público invisibilizados pela mídia corporativa.

Favela News = canal de notícias que mostra a vida e o movimento dos moradores das favelas de Recife. Pretende mostrar como vivem e pensam seus moradores e os problemas que enfrentam no dia a dia com a segregação social e o descaso do poder público.

Caranguejo Uçá = movimento de resistência surgido em 2002, na Ilha de Deus, no Recife. Composto por jovens da comunidade e de outras localidades, tem como missão contribuir para o processo de construção do pensamento crítico e favorecer a descoberta da capacidade e força inerentes a todo ser humano. A arte-educação-comunicação é a base da atuação.

Coletivo Duca = coletivo formado por jovens moradores de Ceilândia, no Distrito Federal, que aciona alternativas colaborativas para transformações sociais. Busca enxergar a cidade por meio de novos ângulos e perspectivas, culturas e expressões, em novas formas de se comunicar.

TEMA 6:

LANÇAMENTO DO
BANCO DE BOAS
PRÁTICAS RAPS

LANÇAMENTO DO BANCO DE BOAS PRÁTICAS RAPS

A RAPS (Rede de Ação Política pela Sustentabilidade) lançou um Banco de Boas Práticas, que reúne iniciativas da Rede RAPS no âmbito municipal, estadual e federal, que dialogam com 17 ODS (Objetivos do Desenvolvimento Sustentável). As iniciativas resultam da 1ª edição do Prêmio RAPS de Inovação e Sustentabilidade, promovido em 2020.

A seleção das iniciativas foi feita por **uma comissão julgadora externa e independente**, que contou com a parceria da [Agenda Pública](#), [Instituto Clima e Sociedade](#) e [Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getulio Vargas](#).

Para debater o tema, o Gabinete de Inovação reuniu **Nicole Giroto**, analista de projetos na [RAPS](#), onde desenvolve projetos de ação política voltados principalmente à sustentabilidade e com foco em mudança do clima; e duas iniciativas que integram o Banco de Boas Práticas da RAPS, desenhadas e implementadas por [Nancy Thame](#), ex-vereadora de Piracicaba (SP) e, hoje, secretária municipal de Agricultura e Abastecimento de Piracicaba; e [Caio Cunha](#), atual prefeito de Mogi das Cruzes (SP), vereador por dois mandatos na cidade, autor de uma metodologia de mandato participativo que é referência no Brasil, integrante da RAPS, do [Livres](#) e da [Rede de Líderes da Fundação Lemann](#).

O que foi apresentado?



[Assista ao painel no Youtube.](#)



Boas práticas que inspiram e podem ser replicadas

A RAPS, organização apartidária, de atuação multipartidária, surgiu em 2012 com objetivo de contribuir para a **melhoria da democracia e do processo político brasileiro** a partir da formação, apoio, conexão e desenvolvimento de **lideranças políticas**.

Nicole Giroto destaca a **conexão** como um pilar muito importante da atuação da RAPS, sendo a **rede de lideranças seu principal ativo**. A RAPS já formou mais de mil pessoas, que continuam integrando a rede utilizada como geradora de conhecimento. Hoje são cerca de 600 lideranças, das quais 142 com mandatos eletivos.

LANÇAMENTO DO
BANCO DE BOAS
PRÁTICAS RAPS

“Queremos contribuir para resolver o problema da baixa qualidade da democracia no Brasil, e do baixo nível de compreensão e compromisso dos políticos eleitos. com a sustentabilidade. Em especial, no que diz respeito à mudança do clima”.

Lembrando a necessidade de redução das emissões em todo o mundo, Nicole aponta como missão da RAPS **apoiar os líderes políticos eleitos**, de diferentes partidos políticos e posições do espectro ideológico, para que compreendam os **princípios da sustentabilidade e da democracia e os incorporem aos mandatos**.

O **Banco de Boas Práticas da RAPS** se soma a essa missão. Trata-se de uma plataforma, hospedada no site da RAPS, **que engloba iniciativas de líderes políticos** com mandatos efetivos e nomeados e nomeadas no Executivo e no Legislativo, nas diferentes esferas de governo, que **dialogam com os 17 ODS**.

[O Prêmio RAPS de Inovação e Sustentabilidade](#) escolheu cinco iniciativas da rede com **base nos “cinco Ps” da sustentabilidade: pessoas, paz, prosperidade, planeta e parcerias**. Todas as iniciativas bem avaliadas foram adicionadas ao Banco de Boas Práticas, que hoje conta com **66 iniciativas cadastradas**, sendo 42 políticas públicas e 24 proposições legislativas. Deste total, 41% estão concentradas na Região Sudeste, 20% na Região Nordeste, 27% na Região Sul, 2% na Região Centro-Oeste e 1% na Região Norte.

A criação do Banco de Boas Práticas, que deve ser ampliado a partir de novas edições do Prêmio RAPS, veio a partir de uma **demandas das lideranças interessadas em conhecer as experiências dos outros líderes RAPS pelo Brasil**. Pessoas que não integram a rede podem também acessar a plataforma e conhecer as boas práticas e se inspirar com as experiências.

LANÇAMENTO DO BANCO DE BOAS PRÁTICAS RAPS

“Os ODS devem servir como base para as políticas públicas e leis desde o momento do desenho dos projetos, que devem ser pensados à luz desses Objetivos, e não ser apenas categorizados após a implementação das iniciativas. Esperamos que esse Banco possa ser utilizado pela rede RAPS e por outras lideranças políticas. O objetivo é que essas iniciativas possam servir de inspiração ou serem replicadas em outros locais”.

Fórum de Gestão e Planejamento Territorial Sustentável de Piracicaba

Nancy Thame destaca que os projetos apresentados em seu mandato de vereadora em Piracicaba tiveram muita inspiração nos encontros promovidos pela RAPS. E um deles, o [Fórum de Gestão e Planejamento Territorial Sustentável](#), integra o Banco de Boas Práticas.

“É muito importante, no momento em que a gente entra no Legislativo, fortalecermos alguns espaço para poder realmente efetivar um bom trabalho. A gente carrega para os espaços públicos aquilo que fortalecemos durante a vida. Ninguém inventa um tema de uma hora para outra. Alguns temas nós trazemos como bandeiras de campanha, e se não criamos e fortalecemos esses espaços de interlocução, o avanço [dessas bandeiras] fica muito difícil”.

O Fórum de Gestão e Planejamento Territorial de Piracicaba, criado por **decreto legislativo**, veio a partir do entendimento da necessidade de se criar um espaço para **promover uma conexão com a sociedade civil e com as instituições públicas** para entender a cidade e criar soluções. Seu objetivo é propor **metas de sustentabilidade para o planejamento do território**, envolvendo setores público e privado, pesquisa, organizações da sociedade civil, setores patronais e de trabalhadores, organizações nacionais e internacionais e **toda a população interessada em participar**.

LANÇAMENTO DO
BANCO DE BOAS
PRÁTICAS RAPS

Nancy lembra que o Fórum teve participação expressiva no **Plano Diretor** da cidade, com a população comparecendo em peso às audiências públicas. Temas como **agricultura, mobilidade urbana e uso do solo** foram bastante presentes nos processos de reuniões e debates do espaço.

“No Fórum, por exemplo, vimos a necessidade de fortalecer a agricultura sustentável, de trazer os pequenos produtores. Conseguimos, de forma coletiva, implementar no Plano Diretor de Piracicaba um capítulo sobre agricultura sustentável, com diretrizes, com [participação do] Conselho Rural e outras instituições. Virou uma lei complementar, lincada no próprio Plano Diretor. Isso surgiu do diálogo e da somatória de inteligência, de vozes, de diversos espaços”.

Outros pontos destacados por ela em relação ao Fórum são a contribuição para a sensibilização e conscientização da população, o desenvolvimento de pesquisas, relatórios e materiais informativos para divulgação das questões abordadas. Nancy destaca ainda a importância da realização de atividades em parceria com a **Escola do Legislativo**.

“De modo geral, para as pessoas que estão no legislativo, que começaram o mandato agora, é muito interessante ter esses espaços onde podemos trazer a população, para não ter um mandato solitário, porque a voz da tribuna tem que vir já como resultado de um diálogo com a sociedade. O poder que está mais perto da comunidade e dos munícipes [é o legislativo]. Espaços como o Fórum ajudam a trazer a população para mais perto da gente”.

O Fórum continua ativo na Câmara Municipal de Piracicaba, agora dirigido pela vereadora Silvia Morales, que trabalhou com Nancy em seu mandato.

Armazenamento e reuso de água em Mogi das Cruzes e modelo de gestão participativa

Caio Cunha, atual prefeito de Mogi das Cruzes e vereador por dois mandatos pela cidade, tem como boa prática no Banco da RAPS o **Projeto de Lei que estabeleceu a captação, armazenamento e reuso da água de chuva em novos condomínios e residências**, feito em 2017, em seu segundo mandato como vereador. A ideia veio a partir de uma grande crise hídrica provocada pela estiagem.

“Já tínhamos uma lei que obrigava que os condomínios tivessem um reservatório de contenção. Aproveitamos essa lei e adaptamos para que essa água, já represada, fosse reutilizada em áreas comuns, como jardins e outros espaços, e também em equipamentos para descargas no banheiro. O projeto gerou bastante discussão; entendemos que o investimento a ser feito em condomínios já existentes seria muito alto, inviabilizaria a questão da economicidade. Então, implementamos essa lei para novos condomínios de casas ou prédios acima de 10 unidades”.

O prefeito de Mogi das Cruzes destaca a simplicidade do projeto e como ele **surgiu a partir da identificação de uma necessidade**, o que o tem levado a um exercício de ações futuras buscando prever problemas da cidade, ser menos reativo aos problemas e antecipar soluções. Para ele, uma grande contribuição do projeto, além da economia da água, é a **mudança de mentalidade das pessoas**, que passam a entender que é preciso economizar água porque é um recurso finito.

Caio diz que seu plano de governo desenvolve um **projeto de cidade de 40 anos**, a partir da criação da Secretaria de Inovação e Desenvolvimento Sustentável, responsável por desenhar o **Programa Mogi 500 Anos** (hoje a cidade tem 460 anos), norteador do rumo da cidade nas próximas décadas.

LANÇAMENTO DO
BANCO DE BOAS
PRÁTICAS RAPS

“Tudo o que temos pautado no nosso mandato, seja como vereador ou prefeito, é sempre de uma forma muito colaborativa e participativa. Chegamos em um momento de maturidade, onde as pessoas querem participar, querem se sentir donas do mandato. E a gente, como *player* político, se coloca de fato onde tem que se colocar, como representante, como quem escuta a sociedade, entende a necessidade e trabalha para a solução”.

O **modelo participativo na gestão**, avalia ele, esteve presente desde o primeiro dia de mandato. Pesquisando referências sobre o tema, que avalia escassas quando começou o processo, em 2013, ele fez um **desenho de um primeiro conselho participativo**, com 30 pessoas. Depois de seis meses, aumentou esse número para 60. E depois de um ano, o conselho era composto por 300 pessoas. A experiência está registrada no livro **“Eles ocuparam a cidade: como engajar pessoas para transformar o Brasil”**.

“Tínhamos gente de toda a cidade, diversidade: o médico, a dona de casa, a empresária, o estudante, quem morava em condomínio de alto padrão, quem morava na periferia; a cidade toda estava representada naquele mandato. O difícil de fato é lidar com essas diferenças, mas quando a gente provoca as pessoas para que discutam a cidade, em vez de discutir as diferenças, há um enriquecimento muito grande”.

Caio diz ter criado como prefeito, junto à Secretaria de Inovação e Desenvolvimento Sustentável, uma **Diretoria de Participação Social**, responsável por facilitar a discussão dos diversos temas da cidade. Partindo de sua experiência na Câmara dos Vereadores, ele afirma que **o empoderamento e o pertencimento que fazem com que as pessoas zelem pelo bem público se dão com a participação popular**.

LANÇAMENTO DO BANCO DE BOAS PRÁTICAS RAPS

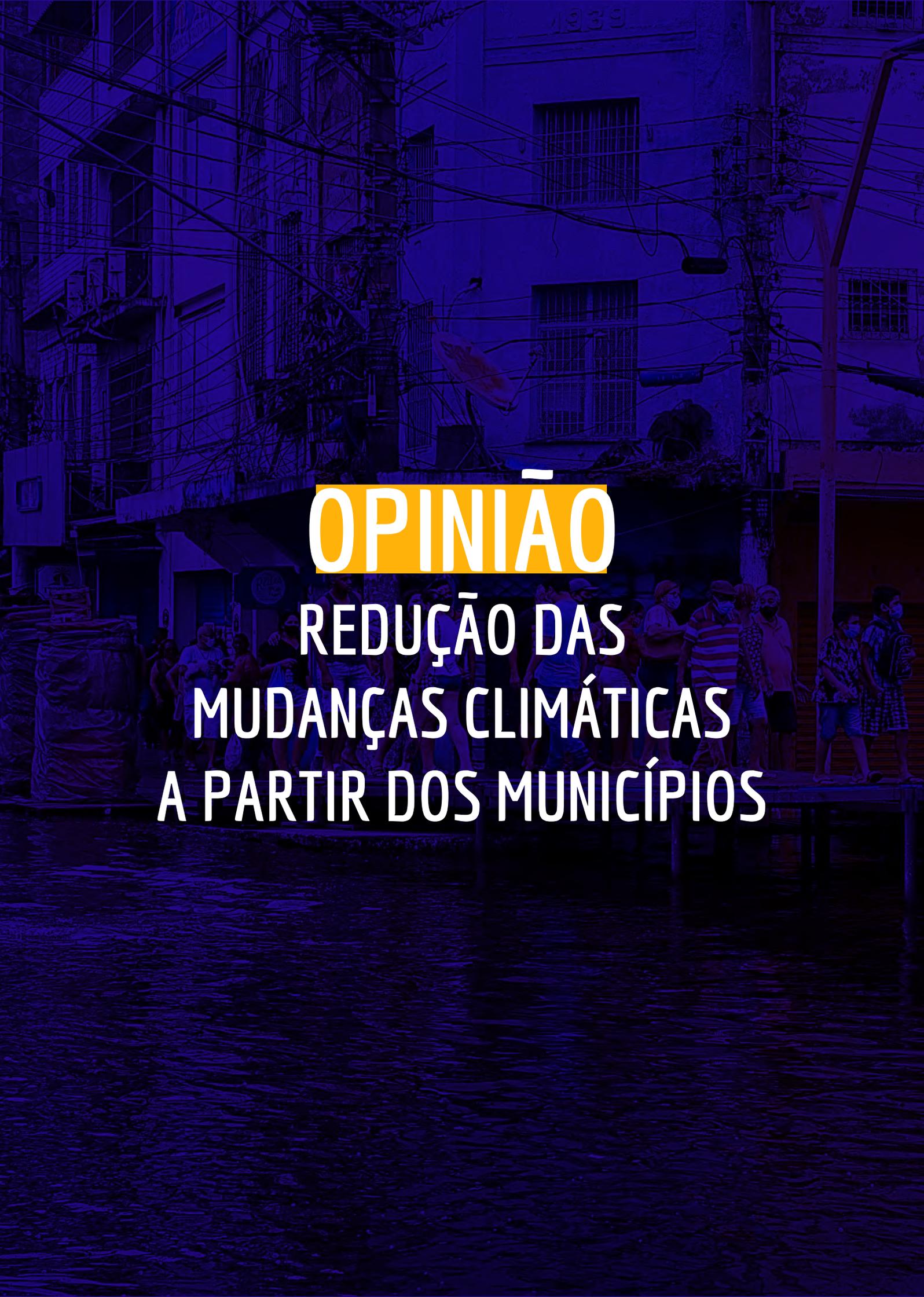


[Assista ao painel no Youtube.](#)



Referências destacadas pelos participantes:

[Escola do Legislativo da Câmara de Vereadores de Piracicaba](#) = tem por objetivo a realização de ações voltadas à educação para a cidadania, difusão cultural, capacitação de agentes políticos e lideranças comunitárias, além de atualização de corpo técnico, servidores e vereadores.



OPINIÃO

REDUÇÃO DAS
MUDANÇAS CLIMÁTICAS
A PARTIR DOS MUNICÍPIOS

REDUÇÃO DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS A PARTIR DOS MUNICÍPIOS

Redução das Mudanças Climáticas a partir dos Municípios

Por Mariana Belmont

Quando me pergunto qual o ideal de cidade que quero viver, consigo, com tranquilidade, fazer uma lista grande de possibilidades, que vão desde a oferta de segurança pública – inclusiva e humana – até a possibilidade de respirar um ar de qualidade, tendo como trajeto casa-trabalho, a viabilidade da curta distância. Um sonho de cidade que tenha como foco a saúde, o bem viver, a tranquilidade que todos nós gostaríamos de usufruir.

Em 2020, elegemos diversos novos mandatos à vereança pelo país. Individuais ou coletivos, o que importa é que se mostram dispostos a enfrentar o debate sobre o planejamento urbano a partir de outra lógica. Muitos deles ainda não sabem como fazer, buscam ajuda ou precisam lidar com a urgência da pandemia e do caos que se estabelece no país.

É por isso que, quando promovemos encontros de novos com antigos mandatos, uma mágica acontece: o desejo de rever os processos e as pressões provenientes de dificuldades históricas se estabelece e se coloca como prioridade. Como? A partir da troca.

Certa vez ouvi de um ex-chefe que o conteúdo não importa e que o como a gente planeja e atua quando está em lugar de decisão não interessa. A política sem conteúdo e sem debate público, assim como planos de ação – acadêmicos ou não –, que não escutam as demandas concretas de quem vive a cidade, não funcionam. A política que não age para melhorar a vida das pessoas é vazia, não vinga.

São nas áreas de risco ambiental que o planejamento urbano acomodou os mais pobres, que vivem em condições subumanas, conforme designação da própria ONU; em favelas à beira de córregos ou localizadas em encostas íngremes. Outros, também pobres, estão em ambientes degradados, sem manutenção e com elevada concentração populacional, dividindo serviços de água, como se caracterizam os cortiços. Em pior situação estão aqueles que não têm teto. São milhares de pessoas em situação de rua que vivem em brechas do sistema viário ou ocupam praças durante a noite, dentre outros lugares, em busca de abrigo.

REDUÇÃO DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS A PARTIR DOS MUNICÍPIOS

Os mandatos municipais têm a chance real de protagonizar mudanças fundamentais para a construção de cidades com maior capacidade de adaptação. A presença de planos municipais de habitação, políticas de saneamento básico e controle de poluição, políticas de mobilidade urbana e de incentivo ao uso de bicicletas, leis de proteção ambiental e da biodiversidade devem ser prioridade.

Em tempos de desmonte ambiental e esvaziamento dos espaços de participação, a instalação de Frentes Parlamentares Ambientalistas pelas Câmaras Municipais é uma excelente e recomendada inovação. Criar espaços de participação, construção e transparência é um dos principais caminhos para o debate e para a conexão da sociedade civil com os mandatos.

O papel dos governos locais é de se antecipar às ações climáticas que podem colocar em risco a população nas cidades. Portanto, é urgente a elaboração de políticas públicas capazes de diminuir os efeitos do aquecimento global, mas não só: a redução das desigualdades sociais deve ser o centro da atuação da municipalidade.

O debate é amplo e a mesa de decisão, de construção e de conversas precisa ser composta por mais representantes dos movimentos negros, periféricos, indígenas e de mulheres. A política precisa extrapolar a retórica e entrar na casa das pessoas. Não há dúvida: as e os vereadores eleitos têm um papel fundamental nesse chamado para a ação.

Espaços seguros, com diálogo, gabinetes abertos à participação ativa da sociedade civil e a construção de propostas maduras são nosso sonho de cidade. E só é possível sonhar, se neste sonho projetarmos territórios antirracistas, feministas e com saúde. E não se engane: diminuir as emissões nas cidades é uma questão humanitária, é sobre salvar vidas.

Mariana Belmont é jornalista, ativista e especialista em temáticas ambientais. É membro da Rede de Jornalistas das Periferias, articuladora da Nuestra América Verde e faz parte da Uneafro Brasil.

Gabinete de Inovação **Edição 2021 – Um olhar local para o Clima**

Realização: Instituto Update e Pacto pela Democracia.

Co-realização: Base.Lab, Clima de Eleição, Instituto Clima e Sociedade (ICS), Legisla Brasil, Purpose e Rede de Ação Política pela Sustentabilidade.

Apoio: Frente Parlamentar Ambientalista e Observatório do Clima.

Coordenação: Gabi Juns e Marcelo Bolzan (Instituto Update);
Amanda Segninie Pedro Kelson (Pacto pela Democracia).

Conteúdo: Marcelo Bolzan e Mariana Belmont.

Mediação dos encontros: Gabi Juns e Amanda Segnini.

Cobertura dos painéis: Mônica Ribeiro.

Design: Denis Diosanto e Laryssa Ramos.

Gestão técnica das lives: Fernando Macedo / Agência Sassarico.

Secretariado e gestão das salas no Zoom: Luisa Oliveira.

Especialistas / painelistas: Caio Cunha, Duda Salabert, Gilberto Natalini, Isabel Garcia-Drigo, Lígia Oliveira, Marcio Astrini, Marcos José de Abreu (Marquito), Maria Marighella, Mario Mantovani, Nancy Thame, Nathalia Rocha, Nicole Giroto, Pedro Borges, Ricardo Abramovay e Zezé Pacheco.

Imprensa: João Veiga / Pensata Comunicação e Cultura.

UM OLHAR LOCAL PARA O CLIMA

Estratégia e difusão da cobertura: Andrea Albero, Amanda Figueiredo, Carol Althaller, Jéssica Cerqueira, Helena Salvador, Lígia Oliveira, Nathalia Rocha, Rodrigo Terra, Simone Freire e Taiane Bittencourt.

Vídeos: Camila Izidio e Carol Rocha/ Pujança.

Colaboração: Ana Julia, Andreia Pereira, Beatriz Paggy, Flávia Pellegrino, Gabriela Basse, Isabela Gonçalves, João Henrique, Lígia Oliveira, Luciana Elmais, Mariana Ribeiro, Marina Marçal, Nathalia Rocha, Nicole Giroto, Paula Dias, Paulo Loiola, Tamiris Jesus e Yuri Esteves.

Publicação

Redação: Mariana Belmont e Mônica Ribeiro.

Edição: Marcelo Bolzan.

Projeto editorial e diagramação: Laryssa Ramos.

Revisão: Ana Cíntia Guazzelli, Rodrigo Terra e Simone Freire.

Realização:

INSTITUTO UPDATE

**PACTO PELA
DEMOCRACIA**

Co-realização
da Edição 2021:

PURPOSE

baselab.cc

iCS
INSTITUTO
CLIMA + SOCIEDADE

**CLIMA
DE ELEIÇÃO**

Legisla
BRASIL

RAPS
REDE DE AÇÃO POLÍTICA
PELA SUSTENTABILIDADE

gabinetedeinovacao.org.br



Edição 2021

UM OLHAR LOCAL PARA O CLIMA